

Psicologia, marxismo, relações raciais e de gênero: contribuições da psicologia sócio-histórica a partir da categoria “dimensão subjetiva da realidade”

Adriana Eiko Matsumoto¹
Marcos Martins Amaral²

Resumo: Este ensaio teórico objetiva trazer contribuições teórico-epistemológicas para qualificar a possível contribuição da Psicologia Sócio-Histórica na análise frente aos fenômenos psicossociais a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade. Para tanto, discutiremos que o capitalismo tem nas relações de sexo/gênero e raça/etnia elementos constitutivos do processo de exploração a que está submetida a classe trabalhadora, em uma relação de consubstancialidade, os quais se atualizam e se acirram na condição vigente de autorreprodução destrutiva do capital. Baseado nisso, refletiremos que pesquisas e intervenções nessa abordagem encontram nas dialéticas colonialismo-capitalismo, exploração-opressão e emancipação política-emancipação humana, algumas das mediações fundamentais para a análise da dialética objetividade-subjetividade sintetizada na categoria teórica dimensão subjetiva da realidade.

Palavras-Chave: Marxismo. Exploração-Opressão. Psicologia.

Abstract: This theoretical essay presents theoretical-epistemological contributions to qualify the potential inputs of Socio-Historical Psychology in analyzing psychosocial phenomena based on the category “subjective dimension of reality.” We argue that, in the

¹ Doutora em Psicologia Social - PUC/SP (2013), Mestre em Educação: Psicologia da Educação - PUC/SP (2005), Psicóloga - UNESP/Bauru (2001). Professora adjunta da UNIFESP, Campus Baixada Santista.

² Doutorando em Educação: Psicologia da Educação - (PUCSP); Mestre em Educação: Psicologia da Educação - PUCSP (2019); Psicólogo (2016). Membro do Instituto AMMA Pique e Negritude.

relations of sex/gender and race/ethnicity, capitalism has constitutive elements of the working class exploitation process in a relationship of consubstantiality, and these elements are updated and intensified in the current condition of destructive self-reproduction of capital. Against this backdrop, we reflect that research and interventions using the Social-Historical Psychology find in the dialectics colonialism-capitalism, exploitation-oppression, and political emancipation-human emancipation, some of the fundamental mediations for the analysis of the objectivity-subjectivity dialectic synthesized in the theoretical category “subjective dimension of reality.”

Keywords: Marxism. Exploration-Oppression. Psychology.

A dialética objetividade-subjetividade a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade

A compreensão do humano pela ciência psicológica tem se dado, hegemonicamente, pela forma ideológica e mistificadora, marcada pela ausência de historicidade e conseqüente naturalização dos fenômenos psicossociais (KAHHALE; ROSA, 2009). Quando nos propomos com a Psicologia Sócio-Histórica a superar as dicotomias objetividade-subjetividade e sujeito-objeto na apreensão, descrição e explicação dos fenômenos psicológicos desde o materialismo histórico e dialético enquanto epistemologia e método, consideramos ser necessário também explicitar o modo de produção capitalista e as complexas mediações que o estruturam.

Desse modo, consideramos “(...) que todo esse processo entre o indivíduo (o singular) e o gênero humano (universal) se concretiza na relação que o indivíduo tem com a sociedade (o particular)” (OLIVEIRA, 2001, s.p). A riqueza dessa dialética está em reconhecer a complexidade do ser social e que a totalidade concreta está sempre em constante movimento. Ademais, se a psicologia é a ciência que se esforça para explicar e conhecer o indivíduo singular, esse só poderá ser compreendido e explicado se reconhecermos que ele é constituído em mediações particulares com a universalidade (OLIVEIRA, 2001).

É nesse contexto que se explicita que não há uma natureza humana que atravessa as sociedades e os tempos históricos, pelo contrário, o humano é produto de determinações históricas e sociais (GONÇALVES; BOCK, 2009).

Com a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica resgatamos o humano histórico, ativo e social em sua condição humana concreta. Forma e o conteúdo são importantes: o caráter processual dos fenômenos e a sua produção histórica e, conseqüentemente, irmos além do aparente e captarmos esse processo de constituição. Compreendemos que o sujeito é constituído na dialética objetividade-subjetividade, dando destaque, dentre as categorias da dialética, à mediação. Assim, para entender a subjetividade além do imediato e do aparente, e a objetividade, em sua constituição a partir da produção humana social e histórica, é que lançamos mão da categoria dimensão subjetiva da realidade, de modo a considerar a totalidade dialética das objetivizações históricas da humanidade (BOCK; SOARES, 2020).

A subjetividade transborda o humano, na medida em que ele a objetiva na realidade, ou seja, a subjetividade se constitui na relação dialética com a objetividade. É esse processo dinâmico, complexo e, principalmente, dialético, que nos permite falar em uma dimensão subjetiva da realidade. Em síntese, essa categoria é a chave que nos permite explicar a realidade, desde a psicologia, cumprindo a tarefa de análise do materialismo histórico e dialético.

Numa perspectiva ontológica, Lukács (2010) compreende que o que caracteriza e determina a especificidade da atividade humana, em contraposição a dos outros animais, é o fato de ser uma atividade posta, ou seja, não é naturalmente dada, pois se configura em um fim previamente ideado - é o que ele chama de pôr teleológico. O resultado final da ação do ser humano no mundo é a causalidade posta.

Portanto, o trabalho introduz no ser a unitária inter-relação, dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade; antes de seu surgimento havia na natureza apenas processos causais.

Em termos realmente ontológicos, tais complexos duplos só existem no trabalho e em suas consequências sociais, na práxis social. O modelo do pôr teleológico modificador da realidade torna-se, assim, fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana (LUKÁCS, 2010, pp. 44-45).

Ao partir da reflexão sobre os complexos duplos apresentados na citação anterior, ressaltamos que a dimensão subjetiva é da realidade e não do sujeito individual, embora contenha o sujeito, a objetividade e a subjetividade, o indivíduo e a sociedade. Desse modo, nos interessa o movimento e as determinações da realidade que produzem os fenômenos sociais que constituem e são constituídos pelos sujeitos. Isso quer dizer que negamos o sujeito? De maneira nenhuma, isso quer dizer que tomamos o sujeito a partir da objetividade e concreticidade que o constitui, e não como um ente abstrato, que se constitui numa realidade abstrata.

A subjetividade é complexa, dinâmica, histórica e processual. Há um humano ativo nos fenômenos sociais que constrói e é construído por eles, tem uma presença humana em todos os fenômenos sociais que é preciso não perder, na medida em que o “(...) fenômeno social foi produzido na relação dinâmica entre suas múltiplas determinações, em última instância, suas bases objetivas e suas bases subjetivas” (GONÇALVES; BOCK, 2009, p. 145).

Aprofundando a contribuição teórica a partir da categoria dimensão subjetiva da realidade, levando-se em consideração a expressão que ela carrega da dialeticidade objetividade-subjetividade, partiremos da reflexão sobre três contradições que entendemos serem constitutivas da realidade concreta em que pesquisamos (desde a América Latina), para então podermos contribuir com alguns apontamentos críticos sobre a categoria teórica da dimensão subjetiva da realidade, a saber: a dialética colonialismo-capitalismo; dialética exploração-opressão e dialética emancipação política-emancipação humana.

Embora a categoria classe constitua a centralidade do processo de produção da vida nos contornos do capitalismo, não é monolítica, na medida em que racismo, etnocídio e heteropatriarcado revelam distintos eixos da realidade concreta que operam por determinações que se complexificam e que acabam por compor as formas do antagonismo de classe se dar sob a égide do capital. A análise sobre o colonialismo presente na gênese e no desenvolvimento do capitalismo é condição para também conhecer as expressões de dominação relativas às opressões de sexo/gênero e raça/etnia na contemporaneidade, as quais, por sua vez, devem estar presentes em uma análise radical sobre as possibilidades históricas de superação da ordem do capital.

Nesse entendimento, discutiremos a partir de uma visão crítica que entende que as objetivações produzidas historicamente pela humanidade são, portanto, conquistas humano-genéricas e que devem ser entendidas desde uma apreensão concreta de humano-universal. Para se compreender a especificidade da constituição humana deve-se analisar a relação entre causalidade e teleologia. Se há um acirramento das contradições na base produtiva do capital, o qual se forja a partir da expressão colonialista (que é essencialmente racista e heteropatriarcal), culminando em uma limitação nas margens de manobra de deslocamento destas contradições imanentes do capital, devemos considerar que estes elementos da base material objetiva dialeticamente constituem a dimensão subjetiva da realidade, categoria que nos permite explicar as complexas mediações do acirramento das contradições e de desumanização e de estreitamento dos horizontes de socialidade e sociabilidade humana.

A dialética colonialismo-capitalismo

Marx (2013) ao tratar da gênese do capitalismo, discute sobre a acumulação primitiva a partir da exploração das colônias por meio de saques de matérias-primas vegetal e mineral, tráfico de pessoas e escravização de povos africanos, extermínio e sujeição de povos

originários, especulação comercial e monopólio mercantil. Esses são elementos fundamentais para a compreensão do surgimento do capitalismo, a partir da consolidação da Revolução Francesa em seus determinantes histórico-sociais que garantiram que a burguesia emergisse como sujeito político e com poder econômico no século XVIII.

A Revolução Francesa, que é tributária da Razão Moderna e do Iluminismo, contraditoriamente apresentou avanços importantes nos contornos de uma emancipação política na medida em que também produziu uma dessacralização do direito natural, cujo fundamento emanava de Deus. É, portanto, esta noção de um *jusnaturalismo* racional, laico e que compreendia os seres humanos dotados de direitos sem quaisquer privilégios que foi largamente apropriada e socialmente utilizada pela burguesia revolucionária como arma para o enfrentamento da ordem feudal.

A história narrada à contrapelo, para usar uma metáfora de Walter Benjamin (1985), diz que a constituição da modernidade, o advento da Revolução Francesa e a consolidação do modo de produção capitalista em escala mundial, são processos que precisam ser revisitados desde a perspectiva dos sujeitos que foram alvos das violências das Metrópoles e daqueles que hoje seguem aviltados e explorados pelo capital.

No tocante às determinações da assim chamada acumulação primitiva do capital e suas possíveis relações de permanência no desenvolvimento do capitalismo, podemos afirmar que a conquista da América constituiu-se enquanto uma práxis de dominação (DUSSEL, 1993) que perdura atualmente como forma político-econômica de dominação no capitalismo. O processo de colonização é ambíguo e contraditório, pois é a expressão de civilização que se dá sob bases da barbárie e violência contra o outro – o que desvela a falácia do “encontro” de dois mundos. Então, funda-se a experiência moderna nos contornos de uma díade superioridade-inferioridade, sendo o Outro sempre posto no lugar de primitivo, incivilizado.

Ressalta-se que o projeto do racismo, gestado nesse contexto histórico é, em essência, um processo de desumanização (GROSFOGUEL, 2016). Desumaniza fundamentalmente o negro, ao reificá-lo e destituí-lo de sua humanidade, ao mesmo tempo em que se atualiza a violência e destruição de senso de humanidade como expressão de projeto de civilização.

O sequestro de povos africanos e a sua escravização nos territórios colonizados das Américas foi ideologicamente justificado a partir dessas noções que foram constituídas no decorrer da história, com as classificações, comparações e, inclusive, argumentações filosóficas a partir da Razão Moderna sobre o racismo. Assim, o racismo, a partir da complexificação dos processos da modernidade, é constitutivo da colonização, como também do modo de produção capitalista, pois responde às formas pelas quais a exploração da força do trabalho se dá nos limites da contradição entre capital e trabalho, e como ela tem se mantido como modo de produção dominante.

Diante disso, defendemos a ideia de que a concepção abstrata de humano-universal levado a cabo a partir da Revolução Francesa, e que é ponto de partida para o objeto de estudo da Psicologia como ciência, precisa ser desvelada em sua função ideológica, mistificadora, pois é constituída dos processos de reificação e desumanização característicos da práxis de dominação colonial. Essa dominação permanece e se atualiza, sua consequência é o crescimento do trabalho autônomo sem direitos trabalhistas, intensificando as contradições raciais e a divisão sexual do trabalho.

Ao refletirmos criticamente e negarmos a noção do humano universal abstrato, estamos reiterando que, para não naturalizar os fenômenos psicossociais, é necessário à Psicologia Sócio-Histórica incorporar em seus processos de análise os efeitos da dialética colonialismo-capitalismo na constituição da subjetividade humana, considerando as contribuições para uma concepção concreta de humano-universal. Isso significa compreender as mediações postas na dimensão subjetiva da realidade a partir das mudanças atuais

no sistema sociometabólico do capital, caracterizada pela ampliação de sua dimensão destrutiva e a disseminação da precarização e superexploração do trabalho como formas dominantes da contradição capital-trabalho em países periféricos.

A dialética exploração-opressão: consubstancialidade classe/sexo-gênero/raça-etnia

De acordo com Hirsch (2010), o conflito entre capital e trabalho assalariado não é o único existente na sociedade capitalista, pois há outros que se articulam com as relações de dominação e exploração que não se originam nas relações de classe e tampouco desapareceriam com ela: as de raça/etnia e sexo/gênero.

A categoria da totalidade (LUKÁCS, 2010) foi abordada, pois os fenômenos sociais devem ser analisados reconhecendo sua multiplicidade e complexidade na totalidade que compreende o modo de produção capitalista. É fundamental partir da perspectiva de que tais fenômenos sociais guardam entre si uma relação de unidade, mas não de identidade, tendo em vista que o momento predominante para sua constituição é o da produção. Nesse sentido, há uma unidade classe, raça-etnia e sexo-gênero, e tais questões não estão indiferenciadas, nem tampouco são idênticas: estão postas numa relação dialética de unidade na diferença e são categorias que devem ser articuladas na explicação dos fenômenos psicossociais.

Seguimos as reflexões das autoras dos estudos feministas marxistas como Heleieth Saffioti (2001; 2015), Mirla Cisne (2005; 2014), Thais de Souza Lapa (2015), Angela Davis (2016) e de autoras que partem das reflexões epistemológicas críticas ancoradas no materialismo, como Danièle Kergoat (2010), Helena Hirata (2014), Nicole Claude Mathieu (2005), Jules Falquet (2016), entre outras, que nos ensinam que a unidade dialética entre opressão e exploração se dá na medida em que a opressão é uma condição para a exploração, constituindo uma unidade de substância entre as contradições postas

entre classe, raça/etnia e sexo/gênero. Assim, não há como hierarquizar, nem como negar qualquer uma dessas contradições, pois elas são coextensivas e consubstanciais. “Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade — elas são móveis, ambíguas e ambivalentes” (KERGOAT, 2010, p. 96).

A relação social sexo-gênero é, assim, caracterizada como um complexo jogo de relações de poder estruturados pelo heteropatriarcado, que é social e historicamente constituído, mas que no atual contexto, deve ser analisado a partir do acirramento dessas relações sob a ordem do capital. Segundo Souza (2006), as expressões da desigualdade postas em movimento na divisão sexual do trabalho pelo sistema sexo-gênero se encontram imbrincadas com o processo de constituição do ser social, produzindo efeitos na organização social, na política, na vida pública e privada e, conseqüentemente, no desenvolvimento de subjetividades.

Saffioti (2001, 2015) conceitua o regime do patriarcado, afirmando que os homens não só exploram as mulheres na divisão sexual do trabalho, mas as dominam, constituindo, portanto, uma relação de dominação-exploração. As relações sociais de sexo-gênero não dizem respeito apenas à força de trabalho, mas explicitam que as pessoas são reificadas, vistas como máquina-de-força-de-trabalho, havendo, nesse processo, apropriação individual, dominação-exploração, das mulheres e do seu corpo (SAFFIOTI, 2015; FALQUET, 2016).

A sociedade é patriarcal e também ancorada em um regime heterossexista. Concebemos, portanto, as relações sociais de sexo-gênero em um regime heteropatriarcal. Para Poblete-Hernández (2014) o conceito de heteropatriarcado, entende que a heteronormatividade e o patriarcado funcionam como um sistema sexo-político de dominação. Esse sistema naturaliza a heterossexualidade e a desigualdade entre homens e mulheres (POBLETE-HERNÁNDEZ, 2014).

O capital precisa da reprodução da força de trabalho para que ele continue a se efetivar, logo a manutenção da estrutura heteropatriarcal

serve para a continuidade da própria dinâmica da exploração. Assim como a escravização dos povos africanos, dizimação dos povos originários e a colonização foram meios para a constituição de uma realidade em que a acumulação de excedentes pudesse gerar as bases para o surgimento do modo de produção capitalista (a colonização como gênese da constituição particular do capitalismo dependente latinoamericano), a exploração do trabalho livre a partir das relações raça/etnia e sexo/gênero se configuram como características morfológicas da práxis de dominação contemporânea e contribuem para a garantia da manutenção do capitalismo.

A respeito das relações sociais de raça/etnia, Kabengele Munanga (2004) nos aponta, a etimologia da palavra “raça” remete ao latim *ratio*, que significa, dentre outros verbetes, categoria e espécie. Do ponto de vista científico, a partir do século XX não há como sustentar atributos biológicos que justifiquem a categoria raça, contudo, esta se constitui como importante ferramenta ideológica de dominação na contemporaneidade.

A ideia de raça, é, pois, uma categoria da modernidade, sendo que seu sentido atual foi formulado no desenvolvimento da colonização da América pela Europa e constitui poderosa ideologia no controle social da classe trabalhadora. As nações dominadas pelo colonialismo europeu no século XVI, quando da conformação e objetivação do capitalismo em seus territórios, tiveram na ideologia do racismo um importante dispositivo que regulou as relações sociais assimétricas (QUIJANO, 2005).

Disso deriva-se que o racismo, assim como o heteropatriarcado, se constituem como uma práxis de dominação política e ideológica que persiste desde a colonização, com a finalidade de dar sustentação a um projeto de dominação de classes. O racismo enquanto um dinamizador da luta de classes se mundializa conforme as crises e reorganizações do modo de produção capitalista ao longo dos séculos. Assim sendo, o medo branco da revolta dos escravizados de outrora, hoje é atualizado no medo da insurgência contra a superexploração

do trabalho que se impõem também a partir da raça como legitimação para o estabelecimento de um tipo específico de capitalismo em países latino-americanos.

Para superar relações sociais desiguais é preciso reconhecer que a realidade é constituída de múltiplas determinações. Há correntes que acabam reduzindo processos sociais complexos, na medida em que negam ou escamoteiam a complexa estrutura do modo de produção capitalista. Afastamo-nos, assim, de perspectivas do marxismo vulgar que afirmam que a superação do modo de produção capitalista naturalmente levaria à superação da opressão das mulheres, negros e povos originários, assim como também divergimos radicalmente de posições que negam a perspectiva da totalidade e a categoria da historicidade para analisar fenômenos sobre a desigualdade e opressões, sem considerar o engendramento da reprodução do capital constituindo-os e sendo constituído por eles, dialeticamente.

Em suma, as bases concretas nas quais se constituem as relações sociais, compreendidas até aqui a partir das dialéticas colonialismo-capitalismo e exploração-opressão, devem ser consideradas nas análises e nas práticas frente aos efeitos psicossociais gerados nesses processos. Sustentamos que a dimensão subjetiva da realidade deve carregar, além da categoria teórica “práxis de dominação colonial-capitalista”, a qual nos ajuda a compreender a relação contraditória entre colonialismo e capitalismo, também a consubstancialidade classe/sexo-gênero/raça-etnia, que nos ajuda a explicitar teoricamente (ou seja, representando idealmente o movimento do real) a dialética exploração-opressão.

A dialética emancipação política-emancipação humana

Não há igualdade concreta se há desigualdade no momento da produção, ou seja, numa sociedade em que os meios de produção estão sob a propriedade de poucos, notadamente a “classe que vive do próprio trabalho” (ANTUNES, 2002) não efetiva nenhuma condição

de igualdade com a elite burguesa. Contudo, não há dúvida de que a emancipação política representa algum progresso nos contornos sócio-históricos em que nos encontramos na atualidade. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual (MARX, 1991, p. 28)

A história social dos direitos aponta para a construção de perspectivas que visam alargar o horizonte da emancipação política da classe trabalhadora frente aos ditames da lógica do capital (TRINDADE, 2011a; 2011b). Tendo como pressuposta a dialética exploração-opressão e toda sorte de violações e processos de dominação que esta lógica imprime, é fundamental que possamos compreender a relação entre emancipação política e emancipação humana não como pólos dicotômicos, mas como componentes contraditórios em seu movimento dialético, em uma espiral dialética emancipação política-humana.

Deste modo, consideramos que pesquisar e transformar a realidade concreta, desde a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, relacionando as análises da práxis de dominação colonial-capitalista e a consubstancialidade classe-sexo/gênero-raça/etnia, significa reconhecer a dialética emancipação política-emancipação humana como mediação essencial da constituição dos fenômenos psicossociais no tocante à práxis. Embora, nossa práxis se presentifique nos contornos da particularidade calcada na reprodução da barbárie, ela deve estar prenhe de condições de superação visando à emancipação humana.

Ou seja, ainda que a forma política dominante das lutas sociais da classe trabalhadora, consubstanciada pelas relações sociais de raça/etnia e sexo/gênero, esteja na expressão da luta por direitos (emancipação política), compreendemos que tais lutas, potencialmente e em uma relação dialética, carregam condições para constituição da emancipação humana.

Nesse sentido, o materialismo histórico e dialético enquanto epistemologia e método convoca a Psicologia Sócio-Histórica a

produzir análises sobre os fenômenos psicossociais pesquisados tendo em vista a transformação da realidade, a partir da articulação orgânica com a história social dos Direitos Humanos, inscrevendo-se nesta dimensão que compreende as dialéticas colonialismo-capitalismo (práxis de dominação colonial-capitalista), exploração-opressão (consustancialidade classe-sexo/gênero-raça/etnia) e emancipação política-emancipação humana. Parafraseando Marx, a emancipação humana deve considerar a contribuição de cada um, segundo sua capacidade, e a cada qual, segundo suas necessidades, numa socialidade que não encontre entraves para o desenvolvimento humano-genérico.

Alguns apontamentos sobre a categoria Dimensão Subjetiva da Realidade

Diante disso, há uma relação entre o sujeito individual e os fenômenos sociais que é mediada. A dimensão subjetiva da realidade representa um processo dialético entre a objetividade e a subjetividade e as experiências subjetivas dos fenômenos, sendo que o sujeito individual é determinado pelo que encontra na realidade, mas também é sujeito ativo de transformação (GONÇALVES; BOCK, 2009).

Bock e Soares (2020) ao realizarem uma pesquisa acerca do estado da arte da utilização da categoria dimensão subjetiva da realidade, reconhecem que a categoria é essencial para explicar os fenômenos psicossociais, mas também encontraram “(...) muitas lacunas ou fragilidades teórico-metodológicas encontradas em parte das teses analisadas” (BOCK; SOARES, 2020). Em sua pesquisa, resgataram 340 (trezentos e quarenta) produções em um período que compreendido entre 1988 e 2016. As críticas apresentadas orbitam em torno da fragilidade da concepção materialista histórico-dialética compoendo as análises das diferentes pesquisas, no tocante à compreensão da historicidade (se linear ou dialética), à relação objetividade-subjetividade (se uma dimensão do indivíduo, uma instância de sua subjetividade, ou se compreende a dialética posta nessa relação), e tecem

críticas quanto à importância do método de pesquisa proporcionar não a mera descrição dos fenômenos, mas a revelação das suas mediações constitutivas e o processo de seu desenvolvimento.

Não obstante, no presente ensaio nosso esforço foi o de contribuir com o aprofundamento teórico da categoria dimensão subjetiva da realidade, com vistas que esta possa ampliar sua potência explicativa sobre as contradições postas na realidade. Compreendemos que é fundamental que as pesquisas e intervenções, desde a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica de base materialista histórico e dialética, possam incorporar reflexões trazidas anteriormente a respeito das dialéticas colonialismo-capitalismo, exploração-opressão e emancipação política-emancipação humana.

Isso significa poder refletir sobre as expressões da práxis de dominação características da relação contraditória colonialismo-capitalismo, localizando as permanências e efeitos da colonialidade no presente. Para isso, é fundamental adensar à crítica que fazemos à Modernidade (cisão sujeito-objeto, método cartesiano, lógica formal, entre outras características amplamente relacionadas) o desvelamento do processo de encobrimento do outro em sua diferença, ou seja, a crítica à irracionalidade posta na razão colonizadora que reproduz epistemicídios, genocídios e que também constitui a base da reprodução ideológica do modo de produção capitalista.

Em relação à contradição exploração-opressão, compreender o ser social como constituído a partir da consubstancialidade classe-sexo/gênero-raça/etnia não significa utilizar tais elementos como categorização ou caracterização da população estudada, mas tomá-la como a forma na qual a realidade concreta se expressa na conflitiva capital-trabalho. O trabalho, que é produtor de valor e base para o desenvolvimento do capital, se constitui hegemonicamente pela lógica da exploração que se dá consubstanciada com as opressões de sexo-gênero e de raça/etnia.

O capitalismo se estrutura a partir do heteropatriarcado e do racismo, e o racismo e heteropatriarcado se complexificam a partir

do modo de produção capitalista; por sua vez, a superação desta condição não pode se dar pela via da luta de apenas um dos polos de sua constituição. Nesse sentido, devemos contribuir para análises críticas frente às apropriações neoliberais das lutas contra o racismo e o heteropatriarcado, ao mesmo tempo em que precisamos discutir, desde a perspectiva do marxismo, as relações de opressão sexo/gênero e raça/etnia e seus desdobramentos para a exploração do trabalho no capitalismo.

Ao partirmos das reflexões de Marx a respeito do papel da filosofia e da ciência, temos que constituir nossas análises sobre a dimensão subjetiva da realidade incorporando, também, a perspectiva da classe potencialmente revolucionária e sua condição de construção do humano-universal concreto. É nesse sentido que as pesquisas, intervenções e reflexões sobre a psicologia nas políticas públicas, na relação com os direitos humanos, na defesa da democracia, entre outros temas importantes, precisam vislumbrar a relação dialética entre emancipação política e emancipação humana, sob pena de tomar a construção da cidadania como expressão máxima do desenvolvimento humano-universal.

Deste modo, é fundamental dar continuidade aos processos de investigações, já realizados e em curso, que nos permitam localizar quais as contribuições teórico-epistemológicas, metodológicas e de referências para a práxis a partir do desvelamento das contradições oriundas da dialética colonialismo-capitalismo, consubstancialidade classe-sexo/gênero-raça/etnia, emancipação política-emancipação humana, em direção à superação da dicotomia objetividade-subjetividade na ciência psicológica.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial. (Coleção Mundo do Trabalho), 2002.
- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: *Obras Escolhidas*, Vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 222-232.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; SOARES, Julio. Dimensão subjetiva e processo educacional: estado da arte na pesquisa em psicologia e educação. In: AGUIAR, Wanda Maria; BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia Sócio-Histórica e Educação: Tecendo redes críticas e colaborativas na pesquisa*. Cortes Editora, E-book, 2020.
- CISNE, Mirla. *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*. In: 4º COLÓQUIO MARX E ENGELS. 2005, Campinas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 18 set. 2020.
- CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 133-149, nov. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>. Acesso em: 18 set. 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Heci Regina Candiani (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro. A origem do “mito da modernidade”*. São Paulo: Vozes, 1993.
- FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. Maíra Kubík T. Mano (Trad.). *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 9-23, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/jules_falquet.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

- GONÇALVES, Maria da Graça; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça (Orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 116-157.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 23-47, 2016.
- POBLETE-HERNÁNDEZ, Nadia. *¿Ruptura o Continuidad?: Reflexiones en torno al Heteropatriarcado a partir de los relatos de un grupo de jóvenes infractores/as de ley*. 2014. Dissertação (Magister en Estudios de Género y Cultura en América Latina, mención Ciencias Sociales), Universidad de Chile. Santiago, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/135853>. Acesso em: 13 set. 2020.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das *relações sociais*. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2010.
- KAHHALE, Edna Maria; ROSA, Elisa. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia.; GONÇALVES, Maria da Graça M. (Orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-53.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000100005&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 20 set. 2020.

- LAPA, Thaís de Souza. *Divisão Sexual do Trabalho. Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. São Paulo, 2015.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATHIEU, Nicole-Claude. ¿Identidad sexual/sexuada/de sexo? Tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (Org.). *El patriarcado al desnudo: Tres feministas materialistas*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 130-175.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].
- MUNANGA, Kabemguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Cadernos PENESB – Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira*, n. 5, p. 15-34, 2004.
- OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. *V Encontro de Psicologia Social Comunitária*, ABRAPSO, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, 2005.
- SAFFIOTI, Heleith. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>, acesso em: 04 abr. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência. Expressão Popular*, 2 edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. *Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2011a.

TRINDADE, José Damião de Lima. *Os direitos humanos em Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011b.